

REFLEXÕES SOBRE A INSTITUCIONALIZAÇÃO DOS CURSOS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES A DISTÂNCIA NO BRASIL

Marcio da Costa Berbat¹

Grupo 1.1. *Gestão e Estrutura da educação a distância: Institucionalização e reestruturação organizacional*

RESUMO:

O presente estudo tem como objetivo investigar de forma crítica e qualitativa o discurso encontrado na política educacional de formação de professores a distância, no qual se insere a grande maioria dos projetos de educação superior a distância em andamento no país, procurando para isso trabalhar em duas questões: 1) Compreender a criação e funcionamento do Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio (Pró-Licenciatura) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB), como objeto os cursos de geografia; 2) Entender como essa configuração influenciada por políticas de organismos internacionais, sob a aparência de ampliação do acesso à educação, se apresenta atualmente na base do processo de privatização da educação brasileira, configurando-se pela ausência de institucionalização nas instituições públicas de ensino superior.

Palavras-chave: *Universidade aberta do Brasil; Educação superior a distância; Pró-Licenciatura; Institucionalização.*

ABSTRACT:

INSTITUTIONALIZATION REFLECTIONS ON THE COURSE OF TEACHER EDUCATION DISTANCE IN BRAZIL

The present study aims to investigate critically and qualitative discourse found in the educational policy of the distance teacher training, which incorporates most of the projects of distance education in progress in the country, looking for that work in two questions: 1) Understanding the creation and operation of the Initial Training program for Teachers of Elementary and Secondary Education (Pro-Degree) and the Open University of Brazil (UAB) as the object of geography courses, 2) Understand how this setting influenced by policies of international agencies, under the guise of expanding access to education, is presented today at the base of the privatization of Brazilian education, setting up for the lack of institutionalization in public institutions of higher education.

Keywords: *Open University of Brazil; distance higher education, Pro-Degree; Institutionalization.*

1. Contextualização da Educação Superior a Distância

No Brasil contemporâneo, a educação superior a distância vem-se configurando como um dos principais mecanismos de políticas e serviços dos organismos internacionais

¹ Professor na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) –marcioberbat@yahoo.com.br

junto aos países em desenvolvimento, principalmente pela Organização Mundial do Comércio (OMC), pelo Banco Mundial (BM) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), utilizando-se do discurso de melhoria da educação e ampliação do acesso à educação superior, principalmente nos programas produzidos para a população desses países.

De acordo com Barreto (2010), em se tratando de formação de professores a distância nos países em desenvolvimento, a recontextualização das tecnologias de informação e comunicação (TIC) pode ser dimensionada pelas formulações das organizações “globais” endereçadas aos Estados nacionais, especialmente quando periféricos.

Dentro desse processo de ampliação do uso das diversas mídias tecnológicas na área educacional, tanto pela característica técnica como pela sua forma de funcionamento em rede, podemos dizer que vem diretamente acompanhada de estratégias de privatização da educação no país, historicamente carente de investimentos públicos em grande parte do território nacional, como também ampliação do mercado para as grandes empresas estrangeiras (principalmente as americanas e europeias) da área de ciência e tecnologia, criando dessa forma um enorme potencial de vendas, no chamado “mercado educacional” emergente.

No caso especificamente da educação superior, existem contradições nos discursos sobre a utilização das TIC na educação superior, principalmente quanto à prática político-pedagógica utilizada, fortemente ligada aos interesses do capital e de acordo com Lima (2006), constituído por três eixos centrais, conforme apresentamos abaixo:

- 1) A promessa integradora da educação. Os organismos internacionais criticam os países periféricos por seus baixos níveis de escolaridade. Para que esses países periféricos possam reverter sua condição subordinada na “nova ordem mundial” competitiva e globalizada, faz-se necessário o investimento na educação. Nesse sentido, os organismos internacionais oferecem como política de integração uma educação mais pragmática, voltada para os interesses dos setores privados nacionais e internacionais. Essa crítica fundamenta as reformulações da política educacional desde a década de 1990, com vistas à inserção de cada país na economia-mundo.
- 2) As reformulações na política educacional da periferia do capitalismo, segundo esses organismos internacionais, devem seguir três pressupostos básicos: a ampliação do acesso à educação, concebida como uma política de “inclusão social”, focalizada nos segmentos populacionais mais pobres; a diversificação das instituições e dos cursos de ensino superior; a diversificação das fontes de financiamento da educação superior.
- 3) A utilização das TIC, por meio da educação a distância, é apresentada como passaporte da educação para a “sociedade da informação”. O

projeto hegemônico parte da concepção de que vivenciamos um mundo em profunda transformação, caracterizado pela “globalização econômica” e pela “internacionalização da informação”, esta última consubstanciada na existência da “sociedade da informação”. A Inevitabilidade, a inexorabilidade e a irreversibilidade no uso das tecnologias apresentam a utilização das TIC na educação escolar como à oportunidade para que a educação não se torne obsoleta. No mesmo sentido, a capacitação tecnológica será o passaporte de cada indivíduo, a partir de suas habilidades e competências para a superação do “desemprego tecnológico”, do “analfabetismo tecnológico” e, conseqüentemente, para alcançar a “empregabilidade”.

As TIC podem ser consideradas como elementos impulsionadores das principais mudanças implantadas na sociedade nas últimas décadas e que esse impacto a partir das transformações ocorridas e em constante dinamização sobre o espaço vem potencializando uma cidadania sem fronteiras e de intensa transformação cultural (BERBAT, 2006).

A submissão frente à concepção de democratização do ensino e do aumento do número de alunos pela massificação das matrículas, visando justificar as modificações na legislação educacional, como também nos diversos programas (editais) paralelos ao plano de desenvolvimento institucional (PDI) das instituições de ensino superior ligadas ao Ministério da Educação (MEC) e dos diversos mecanismos de fomento para a educação superior a distância no país, principalmente, nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (FHC) e Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), como na continuidade do governo Dilma Rousseff, privilegiando as instituições privadas, aplicando de maneira crescente modelos neoliberais de expansão para o ensino superior “público”, ignorando a função social das instituições públicas de ensino superior como possibilidade de superar o processo de escolarização, ignorando a instalação de programas com viés de formação para a transformação social.

Gomes e Moraes (2012), usando a teoria de Trow (1973, 2005) para entender o processo histórico da educação superior no país, que trata sobre a transição de “sistema de elite” para o “sistema de massa” e deste para “sistema de acesso universal”, vai afirmar que durante o governo FHC, o Brasil adota políticas de intensificação da matrícula, sobretudo via setor privado, dando início ao processo de transição para o sistema de massa, processo que tem continuidade no governo Lula, em face de todo um conjunto de políticas que apontam para a construção do sistema de massa.

Acreditamos que a ofensiva emancipatória e internacional do capital, junto com a tentativa agressiva de ampliação do mercado pelas empresas estrangeiras da ciência e tecnologia, têm sufocado o uso crítico-emancipatório das TIC e da educação a distância, no qual temos o entendimento que deveriam ser usadas como alternativas integradas ao sistema já existente, de forma a complementar o processo ensino-aprendizagem, ampliando as possibilidades de inclusão de novos alunos ao sistema educacional, formando um sistema híbrido, de forma a integrar as instituições de ensino superior públicas já existentes no país.

Essa conjuntura desempenha papel determinante no processo de redefinição da

educação superior, em especial na universidade pública. Essa minimização do papel do Estado, no que se refere às políticas públicas educacionais, resultantes desses arranjos macroeconômicos, vem redimensionando as políticas públicas, especialmente no campo educativo (CATANI; DOURADO; OLIVEIRA, 2003).

Apesar dos mais de 10 anos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996), ainda não foi possível atingir a meta de ter todos os professores da educação básica com formação em nível superior. O déficit de professores, de acordo com o Ministério da Educação, em fevereiro de 2009, era de 246 mil nas redes públicas de educação básica, conforme divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (LAPA; PRETTO, 2010).

De acordo com Alonso (2010), no mote da expansão da EaD, dois temas são recorrentes: a democratização do acesso ao ensino superior e a necessidade da formação dos profissionais da educação, como fator para melhoria da qualidade do ensino fundamental e médio. Importante frisar que a tônica das propostas, no âmbito da formação dos profissionais da educação, abarca as duas dimensões que são consensuais em se tratando da formação do professor: a inicial e a continuada.

Chamamos a atenção para o discurso do Ministério da Educação no governo Lula, que defendeu a adoção da educação superior a distância de forma indiscriminada, como o caminho mais viável para a ampliação de vagas na educação superior.

Primeiramente, cabe destacar que o relatório do grupo interministerial do governo Lula, afirmava ter como meta, até o final do segundo mandato, a ampliação de 600 mil vagas na educação superior, ao se referir a educação superior a distância, indica que 500 mil alunos serão por ela atendidos, deixando a ideia de que apenas 100 mil estudantes devem ser atendidos pelos cursos presenciais.

O avanço dos cursos de formação de professores na modalidade a distância é algo que precisa ser avaliado pela sociedade brasileira. Somente no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), que tem a maior quantidade de cursos para a formação docente, contabilizava 307 cursos de licenciatura em 2010. Conforme Sommer (2010), concordamos que precisamos discutir os problemas, perspectivas e possibilidades da formação de professores a distância no país.

Com relação ao profissional que vem trabalhando com a educação superior a distância atualmente no País, no atendimento dos polos presenciais e nos ambientes de tutoria a distância, a situação é preocupante, pois segundo Pires (2001), as relações de trabalho se alteraram, o profissional de educação, outrora chamado de professor, passou a ser chamado de tutor e, enquanto tutor, não goza de direitos tradicionais como férias, carteira assinada e direitos previdenciários, os contratos ou bolsas são de curta duração, sendo terceirizados por fundação, empresa ou instituição privada de administração indireta.

Parece-nos que tais princípios pós-fordistas, que buscam trabalhadores “flexíveis” e com as chamadas “múltiplas competências para o mundo trabalho”, deverá fazer parte dessa nova tentativa de legitimação “liberalista” que se inicia no século XXI, uma tendência que parece indicar para grandes choques institucionais para os próximos anos, principalmente no Brasil, onde o desenvolvimento de um modelo de instituição mista ou integrada parece caminhar para sua efetivação como paradigma de operacionalidade das instituições de ensino superior no país.

O mercado de educação a distância, ou também conhecido como “mercados emergentes de serviços”, cresce de forma a fazer com que a OMC, faça pressão para que as regras comerciais no campo educacional seja cada vez mais integrada ao setor de serviços internacionais. Atrelada ao setor de serviços, a educação passa a ser vista como mercadoria, ampliando as possibilidades de negócios no mercado brasileiro, representando lucro para o governo, através dos impostos e principalmente para as empresas que oferecem serviços tecno-educacionais.

A trajetória da educação superior a distância no país, mais especificamente na universidade aberta do Brasil (UAB), tem sido construída à margem da estrutura interna das universidades e os critérios pedagógicos e sociais para a transformação das práticas pedagógicas deixado em segundo plano, engolidas pelo fator financeiro, conforme podemos verificar na afirmação de Pimentel (2010):

A avaliação dos critérios de financiamento é realizada pela equipe interna da diretoria de EaD (Ministério da Educação - MEC). Esse processo de avaliação dos projetos pedagógicos e das planilhas orçamentárias, no nosso entendimento, tem a ver com o modelo de cursos a distância ofertados pelas instituições pertencentes a UAB e também com a consolidação da EaD. Ao mesmo tempo em que as instituições de ensino têm a oportunidade de ofertar cursos a distância com apoio financeiro do MEC, também há uma indução do modelo pedagógico, haja vista as condições de financiamento. Os dados empíricos possibilitam visualizar que os projetos pedagógicos buscam se adequar aos parâmetros de financiamento, o que de certa forma determina como o curso será executado. Deve-se a isso a média do financiamento do custo-aluno praticada pela UAB (PIMENTEL, 2010, p. 279).

Realizados esses registros iniciais da expansão da educação superior a distância, desenhando o cenário no campo da pesquisa educacional, priorizando compreender a contextualização de criação e expansão dos cursos na graduação a distância, sempre orientado pelos objetivos da política nacional de formação de profissionais do magistério da educação básica (Decreto nº 6.755, de 29/01/2009).

2. Programa Pró-Licenciatura e a Licenciatura em Geografia

O Programa de Formação Inicial para Professores do Ensino Fundamental e Médio (Pró-Licenciatura), iniciado em 2004, se insere no discurso da tentativa conjunta de diversos projetos em busca da melhoria da qualidade do ensino na Educação Básica no País, que deveria abranger todos os níveis da educação básica (FRANCO, 2006) e foi elaborado para funcionar na modalidade de Educação a Distância.

Tem a liderança do Ministério da Educação (MEC), com a coordenação das Secretarias de Educação Básica (SEB) e de Educação a Distância (SEED), já extinta e com o apoio e participação das Secretarias de Educação Especial (SEESP) e Educação Superior

(SESU).

Trata-se de um Programa de Formação Inicial voltado para professores que atuam nos sistemas públicos de ensino, que estão atuando nos anos/séries finais do Ensino Fundamental e/ou no Ensino Médio e que não tem habilitação legal para o exercício da função, a Licenciatura.

Segundo as Propostas Conceituais e Metodológicas do Programa (2005), o mesmo deverá ter a característica de referência, na sua estrutura e concepção, apresentando flexibilidade a fim de possibilitar seu aproveitamento tanto em outras regiões geográficas como em outras áreas do conhecimento.

Durante o desenvolvimento dos cursos estão previstas atividades presenciais, como avaliação, práticas em laboratórios de ensino e estágio docente. Caso seja computado o exercício na docência como estágio, a duração mínima do curso será de três anos e meio.

Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2003) para justificar tal programa, cerca de 184 mil funções docentes dos anos/séries finais do Ensino Fundamental e 56 mil funções docentes no Ensino Médio da rede pública não tinha habilitação legal, equivalendo a 26,21 % e a 14,74 % do total das funções docentes no Brasil, respectivamente.

O Programa Pró-Licenciatura foi desenvolvido pelo MEC para funcionar em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES), na fase I, em 2004, apenas com as Instituições públicas. Já na fase II, que comentaremos mais à frente, com o primeiro edital disponível em 2005, foi aberto também para as IES comunitárias e/ou confessionais, que tenham a habilitação legal exigida pela legislação brasileira.

O governo de Luiz Inácio Lula da Silva fez alterações no programa para a chamada fase II, com uma abertura para as instituições comunitárias e/ou confessionais, que também podemos chamar de instituições “empresariais”, pois pressiona o governo para projetos como o programa Pró-Licenciatura, que envolve grande quantia de dinheiro público e que pode neste caso, passa a oferecer novas oportunidades de expansão para essas instituições, atualizando indiretamente a infraestrutura tecnológica e administrativa das instituições e ajudando diretamente a “resolver” problemas financeiros na qual a maioria das instituições de ensino superior privado se diz enfrentar atualmente.

Esse tipo de pressão exercida pelas instituições chamadas comunitárias e/ou confessionais está oficialmente amparado pela legislação brasileira. Na Constituição Brasileira de 1988, o artigo 213 cita:

Os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, poderão ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas definidas em lei. (BRASIL, 1988)

Na LDB de 1996, o artigo 20, inciso II, define as instituições de ensino comunitárias como:

As que são constituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade. (LEI Nº 9.394/1996)

No inciso III, do mesmo artigo, supõe-se, que as instituições confessionais sejam necessariamente comunitárias, pois também são obrigadas aos requisitos do inciso II.

Como o programa Pró-Licenciatura, já nasce com a sua previsão de início e fim, pois a meta é formar os cerca de 240 mil docentes sem a qualificação mínima exigida pela LDB. Ao final desse processo, que pode variar de acordo as carências encontradas em cada município do país, as instituições terão realizado uma modernização em sua infraestrutura geral, e que de certa forma estará privilegiando as instituições privadas em relação às instituições públicas, que vem recebendo a cada ano menos investimento por parte do governo.

Esse tipo de direcionamento, com os recursos públicos na educação superior brasileira, principalmente pelo governo federal, vem apenas demonstrar a falta de compromisso dos nossos governantes com a manutenção e expansão das instituições públicas, que apesar de toda essa situação, ainda mantém a sua excelência nos cursos oferecidos em todo país (BERBAT, 2006).

O Programa Pró-Licenciatura Fase II teve como previsão a participação das Secretarias de Estado e de Município na operacionalização dos cursos e também sobre aspectos administrativos do programa.

A ação do programa visava à melhoria da qualidade de ensino nessas áreas, a partir do empenho das secretarias de Educação Básica (SEB/MEC) e Educação a Distância (SEED/MEC). Com a participação da Secretaria de Educação Básica, os recursos destinados ao programa foram ampliados, principalmente a partir da fase II.

O Ministério da Educação liberou no dia 31 de Janeiro de 2006, a Portaria nº 3, informando sobre os novos projetos de cursos de Licenciatura que foram aprovados pelas comissões de seleção e julgamento constituídas por vários especialistas contratados pelo Ministério da Educação. Dentro dos projetos de Licenciatura aprovados na Portaria nº 3, encontra-se a liberação para abertura de novas turmas em cursos já autorizados anteriormente, como os cursos de Química, Física, Matemática e Ciências Biológicas, entre diversas instituições Públicas pelo país.

Já para a abertura de novos cursos, o número foi maior e incluiu várias áreas do conhecimento, como: Artes (artes visuais; música e teatro), Geografia, História, Letras (Língua Portuguesa; Espanhola e Inglesa) e Educação Física. A distribuição atingiu todas as regiões do país, sendo que desta vez, dividida entre instituições públicas e privada.

Mais especificamente em nossa área de interesse foram autorizados quatro projetos de Licenciatura em Geografia na modalidade de educação a distância. Os projetos autorizados para iniciar a partir de 2007 foram para a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG); a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e para a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - Minas).

As Instituições de Ensino Superior (IES) autorizadas a iniciar o curso de Licenciatura em Geografia buscaram parcerias diversas e formações em rede para que pudessem concretizar um projeto de atuação bastante abrangente territorialmente.

As parcerias não ficaram apenas com as IES públicas, houve parceria de IES Públicas para Privadas (caso do UEPG e UFSM) e também de IES Privadas para Públicas (PUC - Minas). Isso pode ser entendido de várias maneiras, sendo o montante financeiro do Programa, a possível experiência a ser adquirida visando projetos futuros e a liberdade

para parcerias disponível no programa Pró-Licenciatura, pontos marcantes para a efetivação dessas parcerias.

Um ponto ainda não divulgado para a sociedade e muito importante para a credibilidade do programa, pois trata do uso do dinheiro público, foi o valor autorizado para cada projeto iniciar suas atividades a partir de 2006 e também o valor gasto com os cursos que já estão em funcionamento desde 2005. Uma característica do programa, é que os valores são diferentes entre as instituições, inclusive no que refere as bolsas temporárias que serão pagas para os diversos profissionais envolvidos.

Em oposição a esse caminho de intransigência ética, reafirmamos o princípio defendido por Florestan Fernandes ao longo de sua vida: verba pública exclusivamente para a educação pública.

Para os cursos de Licenciatura em Geografia, a previsão inicial que era para iniciar em 2006, foi prejudicada pela falta de estrutura e experiência das instituições, incluindo seus respectivos departamentos em oferecer cursos na modalidade de educação a distância e também por ser um ano eleitoral, fazendo com que o prazo para liberação de verbas para os respectivos projetos fosse finalizado no final de julho.

Dessa forma, a maior parte dos cursos autorizados na fase II do Pró-Licenciatura, só teve início efetivo a partir de agosto de 2007, com previsão de finalização para 2012/13. De certa maneira, o prolongamento dos prazos poderá melhorar a preparação da estrutura física dos polos, de pessoal qualificado e o projeto político-pedagógico, já que a maioria das instituições não apresenta experiência com educação a distância, salvo algumas experiências isoladas.

Dados preliminares de campo (Entrevista com a Coordenação de curso) junto a Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) apontam para uma evasão em torno de 45% em relação ao número de alunos ingressantes na licenciatura em geografia. Um dos grandes entraves para essa grande perda e que está em fase de pesquisa, vem apontar para a estrutura do curso, com pouco apoio de acompanhamento dos alunos nas suas respectivas escolas; a não liberação da carga parcial de trabalho para estudar nas escolas e ao próprio objetivo do projeto por parte dos professores na UEPG, que não estão envolvidos com a educação superior a distância de forma plena, apenas com vínculo de bolsa, que neste caso, tinha até recentemente valores menores que o da Universidade Aberta do Brasil.

Para os projetos aprovados e efetivados com a licenciatura em geografia (UFRN, UFSM e UEPG), que estão formando os últimos alunos até o final de 2012, fica a experiência de uma trajetória de pouco dialogo com a escola de educação básica, apesar dos professores estarem vinculados a essas instituições de ensino. Grande parte do fracasso em termos de transformação social com a formação oferecida deve ser alvo de investigação até o final deste ano, dialogando com os alunos que realmente chegaram ao final da formação e avaliando as mudanças na prática docente ao longo do processo.

3. Programa UAB e a Formação de Professores para a Educação Básica

O Programa UAB foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional

de educação superior a distância, em “caráter experimental”, visando sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

A UAB é uma parceria entre consórcios públicos nos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal), com as participações das universidades públicas e demais organizações interessadas. O programa UAB é a denominação representativa “genérica” para a rede nacional experimental voltada para pesquisa e para a educação superior (compreendendo formação inicial e continuada) que será formada pelo conjunto de instituições públicas de ensino superior, em articulação e integração com o conjunto de polos municipais de apoio presencial.

Uma ou mais instituições públicas de ensino superior oferecerão cursos superiores na modalidade de educação a distância, para atendimento dos estudantes nos polos municipais de apoio presencial. Por exemplo, um município brasileiro não tem oferta de cursos superiores presenciais em sua região, no entanto, a prefeitura desse município construiu um polo de apoio presencial, o qual servirá de polo de atendimento de estudantes.

A UAB já oferece, desde junho de 2006, cursos a distância de graduação, inicialmente em parceria com o Banco do Brasil (curso de administração), integrante do Fórum das Estatais pela Educação e as instituições federais e estaduais de ensino superior. Foram dez mil estudantes de administração em um projeto-piloto desenvolvido em 87 polos de 17 estados e do Distrito Federal.

Para iniciar em 2007, estavam previstos 61.575 novas vagas em cerca de 1,3 mil cursos a distância, a grande maioria de graduação, em diversas áreas do conhecimento. Elas foram ofertadas em 297 polos da UAB. Do total de novos cursos, 690 são de licenciatura, 357 lato sensu (especialização), 186 de bacharelado, 54 tecnológicos, 12 sequenciais e sete de mestrado.

Com o 2º edital da UAB, essa previsão de início cursos a partir de 2008, com abertura completa para as Universidades Estaduais e Municipais, também foi visando à ampliação da formação de professores. A maioria dos cursos aprovados e em andamento está ligada a licenciatura, voltados para a educação básica, direcionados para a formação inicial e continuada dos professores.

Ainda na gestão Lula, o governo federal lançou o plano de desenvolvimento da educação (PDE - 2007), que em parceria com a UAB, oferecendo cursos formação inicial de professores em efetivo exercício da educação básica pública que ainda não têm graduação, o que significa atender a demanda de milhares de professores, visando certificar novos docentes e propiciar formação continuada a quase dois milhões de profissionais.

O Ministério das Comunicações, em parceria com o Ministério da Educação, vem instalando equipamentos GESAC (Governo Eletrônico e Serviço de Atendimento ao Cidadão) para que todos os polos da UAB possam acessar a Internet em banda larga. Ao mesmo tempo, o Ministério da Educação promoveu ações junto ao Ministério de Ciência e Tecnologia, especialmente através da Rede Nacional de Pesquisa (RNP), para conexão nacional das universidades e municípios integrados à UAB, criando novas infovias de comunicação para o sistema.

Para atender a demanda iniciada em 2007, foram capacitados 1.440 bolsistas,

entre professores das instituições federais e coordenadores dos polos nos municípios. Esse é um dos pontos mais negativos do Projeto UAB, pois, através de mão de obra temporária e sem direitos trabalhistas, o governo vem baseando seu investimento, que não podemos esquecer neste caso se trata das IES Públicas do país.

As IES públicas estão articuladas em vários municípios, essa é uma pequena amostra do universo que deverá fazer parte da educação a distância nessas instituições. Além de atuarem nos seus respectivos Estados de origem, algumas IES também estão com atuação em outro Estado, isso mostra na verdade um desalinhamento em relação à atuação compartilhada das IES públicas. A Universidade Federal de Minas Gerais vem atuando em três Municípios do Estado do Rio de Janeiro. Essa e outras situações importantes do Projeto UAB devem ser discutidas ao longo do processo de implantação, adequando à realidade financeira da instituição e do município.

Essa forma exploratória de expansão do ensino tem levado a provocar muitas críticas dos profissionais da educação, já que não é gastando pouco com recursos humanos e infraestrutura, que o governo irá resolver o problema da qualidade do ensino. Pelo contrário, deve valorizar esses profissionais, pagando salários dignos e realizando concurso público para a efetivação dos mesmos nas IES públicas.

Pimentel (2010), ao analisar a expansão da educação superior a distância e no Brasil a UAB, afirma que o processo de mudança é em geral lento e gradual. Acrescenta que apesar das políticas educacionais atuais e dos notáveis esforços de investimento econômico, essas medidas dificilmente resultarão em melhoria do ensino sem renovarem a metodologia e prática docente. Portanto, é preciso que nos debruçemos sobre a forma como as TIC estão sendo implementadas nos cursos a distância e seus reflexos nas práticas docentes e, conseqüentemente, nas salas de aula.

4. Considerações Finais

Mesmo na adversidade de tentativas de ampliação do acesso à rede pública de ensino superior que estão sendo desenvolvidos pelos últimos governos (Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff), como o Pró-Licenciatura, a Universidade Aberta do Brasil e o novo Plano Nacional de Educação (em fase de tramitação no congresso nacional), dentre tantos outros projetos em andamento com uso das mídias tecnológicas, nos apontam para a necessidade de continuar investigando e refletindo sobre o papel da educação superior e das universidades, dentro de um contexto de mudanças aceleradas, que não deve de maneira nenhuma está ligado a um padrão unitário de formação docente.

Se focalizarmos apenas os cursos de licenciatura, havia em 2008, segundo dados do INEP (2009), 341.118 alunos matriculados nos cursos a distância, sendo 70,24% deles (239.626) em instituições de ensino superior privada.

Como resultado dessas políticas, observa-se que está em curso a intensificação de um processo de diversificação e diferenciação, que vem ocasionando distinções na função social da educação superior, particularmente na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além disso, começa ocorrer, uma verdadeira corrida por verbas a partir de projetos sem continuidade prevista nas estruturas das IES, fazendo com que a IES Públicas

estejam trabalhando cada vez mais para atender ao mercado.

Os cursos de licenciatura em Geografia não fogem a essa regra. Sabemos que a luta por expansão da educação superior é legítima no país, mas precisamos ampliar o diálogo entre os departamentos/institutos das IES públicas, visando buscar um avanço compartilhado e democrático das TIC na educação superior.

Com esse panorama, fica evidente que o desafio deve ser ampliar a investigação sobre o tema formação de professores a distância, concordando com preocupação de Lapa e Pretto (2010, p, 93), no qual afirmam que estão associados a mudanças culturais e não apenas metodológicas.

5. Referências

ALONSO, K. M. A (2010) Expansão do Ensino Superior no Brasil e a EaD: Dinâmicas e Lugares. Revista Educação & Sociedade. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1319-1335, out-dez.

BARRETO, R. G. (2010) Configuração da Política Nacional de Formação de Professores a Distância. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 17-30, nov.

BERBAT, M. C. (2006) Educação Superior a Distância: Políticas Públicas e Formação de Professores. In: I Encontro Internacional de Políticas Educacionais e Formação de Professores da América Latina e do Caribe, Juiz de Fora.

BRASIL. (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

BRASIL. (1996) Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União (23/12/1996). Brasília.

BRASIL. (1996) Decreto nº 5.622, de 19/12/2005. Regulamenta o art. 80 e 87 da Lei nº 9.394, de 20/12/1996.

BRASIL. (2006) Decreto nº 5.800, de 08/06/2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB.

BRASIL. (2009) Resumo Técnico: Censo da Educação Superior - 2008. INEP.

BRASIL. Decreto nº 6.755, de 29/01/2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento a programas de formação inicial e continuada.

CATANI, A. M.; DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. (2003) Transformações recentes e debates atuais no campo da educação superior no Brasil. In: CATANI, A. M.; DOURADO, L. F.; OLIVEIRA, J. F. (Orgs.) Políticas e Gestão da Educação Superior. SP: Xamã.

GOMES, A. M; MORAES, K. N. (2012) Educação Superior no Brasil Contemporâneo: Transição para um Sistema de Massa. Educação & Sociedade, Campinas, v. 33, n. 118, p. 171-190, jan.-mar.

SOUZA, D. D. L.; JUNIOR, J. R. S.; F, M. G. S. (Orgs.) (2010) Educação a Distância: Diferentes Abordagens Críticas. São Paulo: Xamã.

FRANCO, S. R. K. O (2006) Programa Pró-Licenciatura: gênese, construção e perspectivas. In: Desafios da Educação a Distância na Formação de Professores. SEED. Brasília.

INEP. (2003) Estatísticas dos Professores no Brasil. Brasília.

LAPA, A.; PRETTO, N. L. (2010) Educação a Distância e Precarização do Trabalho Docente. Em Aberto, Brasília, v. 23, n. 84, p. 17-30, nov.

LIMA, K. R. S. (2006) Educação a Distância na Reformulação da Educação Superior Brasileira. In: SIQUEIRA, A. C.; NEVES, L. M. W. (Orgs.) Educação Superior: uma reforma em processo. SP: Xamã.

MEC. (2005) Propostas Conceituais e Metodológicas – Pró-Licenciatura. SEED. Brasília.

PIMENTEL, N. M. (2010) A Educação Superior a Distância nas Universidades Públicas no Brasil: Reflexões e Práticas. In: MILL, D. R. S.; PIMENTEL, N. M. (Orgs.) Educação a Distância: Desafios Contemporâneos. São Paulo: EdUFSCar.

PIRES, H. F. (2001) Universidade, Políticas Públicas e Novas Tecnologias Aplicadas à Educação a Distância. Revista ADVIR. Nº 14, pp. 22-30, Rio de Janeiro.

SOMMER, L. H. (2010) Formação Inicial de Professores a Distância: questões para debate. Em Aberto, Brasília, v.23, n.84, p.17-30, nov.